

Argemil Distribuidora de Combustíveis e Armazéns Gerais S.A.

CNPJ/MF nº 46.201.869/0006-00

RELATÓRIO DA DIRETORIA: Senhores Acionistas, a Administração da Argemil Distribuidora de Combustíveis e Armazéns Gerais S.A., em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submete à apreciação dos acionistas o Relatório da Administração e as correspondentes Demonstrações financeiras, acompanhadas do parecer dos Auditores Independentes, correspondentes aos exercícios findos em 31/12/2025 e de 2024.

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS REFERENTES AOS EXERCÍCIOS SOCIAIS ENCERRADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024 (Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

BALANÇOS PATRIMONIAIS				DEMONSTRAÇÃO DE MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO				
Ativo	Nota	2025	2024	Capital social	Prejuízos acumulados	AFAC – Adiant ^o p/ futuro aumento de Capital	Total	
Circulante				20.599	(15.600)	-	-	4.999
Caixa e equivalentes de caixa	4	1.679	5.740	-	(1.218)	-	-	(1.218)
Clientes	5	2.914	-	-	-	6.000	-	6.000
Estoques	6	3.864	2.498	20.599	(16.818)	-	6.000	9.781
Tributos a recuperar	7	473	451	6.000	-	(6.000)	-	-
Outros créditos	8	2.998	850	-	(1.218)	-	-	(1.218)
Despesas antecipadas	9	6	-	26.599	(18.036)	-	-	8.563
		11.934	9.540	<i>As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.</i>				
Não circulante				DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS				
Partes relacionadas	10	1.557	1.407	Notas	2025	2024		
Depósitos judiciais	10	186	185	18	37.103	25.544		
Tributos a Recuperar	7	-	282	19	(37.669)	(25.839)		
					(566)	(295)		
		1.743	1.874	Fluxo de caixa das atividades operacionais				
Imobilizado	11	3.456	3.465	Resultado líquido antes das provisões tributárias				
Intangível	12	152	224	Ajustes para conciliar o resultado às disponibilidades geradas pelas atividades operacionais				
		3.608	3.689	Depreciações e amortizações				
		5.351	5.563	(Decréscimo)/acréscimo em ativos				
		17.285	15.103	Clientes				
				Estoques				
				Tributos a recuperar				
				Outros créditos				
				Despesas antecipadas				
				Depósitos judiciais				
				(Decréscimo)/acréscimo em passivos				
				Fornecedores				
				Obrigações trabalhistas e tributárias				
				Outras contas a pagar				
				Caixa líquido consumido pelas atividades operacionais				
				Fluxo de caixa das atividades de investimento				
				Aquisição de imobilizados e intangíveis				
				Caixa líquido consumido nas atividades de investimento				
				Das atividades de financiamentos com acionistas				
				Adiantamento para futuro aumento de capital				
				Conta Corrente concedidos ou pagos				
				Conta Corrente captados ou recebidos				
				(Diminuição)/aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa				
				Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício				
				Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício				
				(Diminuição)/aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa				
				<i>As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.</i>				
				DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS ABRANGENTES				
				Prejuízo do exercício				
				Outros resultados abrangentes				
				Resultado abrangente do exercício				
				<i>As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.</i>				

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

1. Contexto operacional: A Argemil Distribuidora de Combustíveis e Armazéns Gerais S.A. (anteriormente denominada Argemil Armazéns Gerais Mirambava S.A.), foi constituída em 07 de julho de 1981, atualmente seu objeto social principal é de comércio atacadista de combustíveis. A Sociedade possui Sede na Cidade de Santos, Estado de São Paulo, na Rua Alexandre Gusmão nº 11, Condomínio Valongo Brasil, 6º andar conjunto 607, e filiais na cidade de Suzano, Ribeirão Preto e Santos, sendo esta última sua base operacional.

2.1. Base de elaboração e apresentação das demonstrações contábeis:

2.2. Base de conformidade e aprovação das demonstrações contábeis: As demonstrações contábeis da Companhia para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025 foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem os pronunciamentos contábeis emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC). A Companhia adotou todas as normas, revisões de normas e interpretações emitidas pelo CPC aplicáveis, que estavam em vigor em 31 de dezembro de 2025. As demonstrações contábeis da Companhia do exercício findo em 31 de dezembro de 2025, foram autorizadas para emissão pela Administração da Companhia em 27 de abril de 2026, considerando os eventos subsequentes ocorridos até esta data. **2.2. Base de apresentação:** As demonstrações contábeis são elaboradas com o apoio em diversas bases de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações contábeis são apoiadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações contábeis. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a seleção de vidas úteis do ativo imobilizado e de sua recuperabilidade nas operações, avaliação dos ativos financeiros pelo valor justo e pelo método de ajuste a valor presente, análise do risco de crédito para determinação da perda com créditos de liquidação duvidosa, assim como da análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para demandas judiciais. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes dos registrados nas demonstrações contábeis devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Companhia revisa suas estimativas e premissas anualmente. **2.3. Moeda funcional:** As demonstrações contábeis são apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia. **2.4. Conversão de moeda estrangeira:** Os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional (o Real) utilizando-se a taxa de câmbio vigente na data dos respectivos balanços patrimoniais. Os ganhos e perdas resultantes da atualização desses ativos e passivos verificados entre a taxa de câmbio vigente na data da transação e nos encerramentos dos exercícios são reconhecidos como receitas ou despesas financeiras no resultado. **2.5. Uso de estimativas e julgamentos:** A preparação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Tais estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações contábeis foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações contábeis. Itens significativos sujeitos a estas estimativas e premissas incluem a avaliação dos ativos financeiros pelo valor justo, estimativas para reconhecimento da Perda Esperada com Crédito de Liquidação Duvidosa (PECLD), bem como da análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para demandas judiciais. A liquidação das transações envolvendo estas estimativas poderá resultar em valores divergentes dos registrados nas demonstrações contábeis, devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Administração monitora e revisa periódica e tempestivamente essas estimativas e suas premissas. **2.6. Regime de escrituração contábil:** As receitas, os custos e as despesas foram registrados pelo regime de competência. Os ativos realizáveis e passivos exigíveis até o prazo de um ano foram classificados no circulante e aqueles com prazos superiores a um ano foram classificados no grupo não circulante.

3. Sumário das principais práticas contábeis:

a) Reconhecimento da receita, custos e despesas: A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Companhia e quando possa ser mensurada de forma confiável. A companhia é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo descontos, abatimentos e impostos ou encargos sobre vendas. A companhia avalia as transações de receita de acordo com os critérios específicos para determinar se está atuando como agente ou principal e, ao final, concluiu que está atuando como principal em todos os seus contratos de receita. As receitas são apresentadas nos resultados dos exercícios pelo seu valor líquido, ou seja, excluem os impostos incidentes sobre elas e são reconhecidas com base nos serviços prestados, na sua efetiva prestação. O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência sendo os custos compostos por gastos com produção e serviços que estão demonstrados separadamente das despesas operacionais, e são registrados no exercício em que incorrem. **b) Caixa e equivalentes de caixa:** Incluem caixa e saldos positivos em contas correntes mantidas junto às instituições financeiras. A Companhia considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e, estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo, como por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da contratação. As aplicações realizadas em investimentos com vencimento superior a três meses são classificadas como títulos e valores mobiliários, uma vez que possuem uma liquidez diferenciada. **c) Contas a receber de clientes:** Estão apresentadas a valores de realização e, quando necessário, serão constituídas provisões para perdas com base na análise dos riscos de realização, em montante considerado suficiente pela Administração para cobrir eventuais perdas na realização dos recebíveis. **d) Estoques:** Os estoques são avaliados pelo custo médio de aquisição que não excede o valor líquido de realização, quando necessário, ajustado por provisão para perdas. O custo dos estoques compreende todos os custos de aquisição e de transformação, bem como outros custos necessários para colocá-los em sua localização e condições atuais. **e) Imobilizado e intangível líquido:** São registrados pelos custos de aquisição deduzido da depreciação e amortização acumuladas. As depreciações e amortizações são computadas pelo método linear e reconhecidas no resultado do exercício de acordo com as taxas mencionadas na Nota Explicativa nº 11 e 12 e leva em consideração o tempo da vida útil econômica estimada dos bens. Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico-futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) são incluídos na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado. As benfeitorias em propriedades arrendadas são demonstradas pelo custo de aquisição acrescido da mais valia, resultando do custo atribuído (*deemed cost*), em conformidade com o Pronunciamento Técnico 37 – Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade, ICP 10 – Interpretação sobre a Aplicação Inicial ao Ativo Imobilizado emitidos pelo CPC. **f) Impairment de ativos não financeiros:** De acordo com as disposições do CPC 01 – Redução ao Valor recuperável de ativos, ativo imobilizado e ativo intangível são submetidos a testes de perda no valor recuperável sempre que eventos ou alterações em circunstâncias indicarem que seu valor contábil poderá não ser recuperado. Os ativos que têm vida útil definida são revisados para verificação de indicadores de impairment em cada data de balanço e sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Caso exista indicador, os ativos são testados para impairment. Uma perda por impairment é reconhecida pelo montante em que o custo contábil do ativo excede seu valor recuperável. **g) Tribuição: Impostos sobre as vendas:** As receitas de vendas de serviços estão sujeitas

aos seguintes impostos e contribuições pelas seguintes alíquotas básicas: **• Programa de Integração Social (PIS)** – apuração monofásica com recolhimento pela refinaria; **• Contribuição para Financiamento de Seguridade Social (COFINS)** – apuração monofásica com recolhimento pela refinaria. **Lucro real anual:** Para os exercícios de 2025 e 2024 o regime de tributação da Companhia foi o lucro real anual aplicando-se as alíquotas regulares do respectivo imposto e contribuição, observando os critérios estabelecidos pela legislação fiscal vigente, calculados pelas alíquotas regulares de 15%, acrescida de adicional de 10% para o Imposto de Renda e de 9% para a Contribuição Social. **h) Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas:** A preparação das demonstrações contábeis da Companhia requer que a Administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos na data-base das demonstrações contábeis. Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas poderiam levar a resultados que requeiram ajustes ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em períodos futuros. **i) Ativos contingentes e provisão para demandas judiciais:** As práticas contábeis para registro e divulgação de ativos e passivos são as seguintes: **• Ativos contingentes:** são reconhecidos somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, transitadas em julgado. Os ativos com êxitos prováveis são apenas divulgados em nota explicativa; **• Passivos:** são provisionados quando as perdas forem avaliadas como prováveis de desembolso de caixa futuro e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos avaliados como sendo de perdas possíveis, são apenas divulgados em nota explicativa, e os passivos avaliados como de perdas remotas, não são provisionados e, tampouco, divulgados. **j) Outros ativos e passivos (circulantes e não circulantes):** Um ativo é reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que seus benefícios econômico-futuros serão gerados em favor da Companhia, e seu custo ou valor, puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço patrimonial, quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. São acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias ou cambiais incorridas. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. Os ativos e passivos são classificados como circulantes, quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos 12 meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes. **k) Instrumentos financeiros: Ativo financeiro:** **• Classificação:** No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado ao: (i) custo amortizado; (ii) valor justo por meio de outros resultados abrangentes (“FVOCI”); ou (iii) valor justo por meio do resultado (“FVTPL”). Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se satisfizer ambas as condições a seguir: (i) o ativo é mantido dentro de um modelo de negócios com o objetivo de coletar fluxos de caixa contratuais; e (ii) os termos contratuais do ativo financeiro dão origem, em datas específicas, aos fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e de juros sobre o valor principal em aberto. Um ativo financeiro é mensurado no FVOCI somente se satisfizer ambas as condições a seguir: (i) o ativo é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é alcançado tanto pela coleta de fluxos de caixa contratuais como pela venda de ativos financeiros; e (ii) os termos contratuais do ativo financeiro dão origem, em datas específicas, a fluxos de caixa que representam pagamentos de principal e de juros sobre o valor principal em aberto. Todos os outros ativos financeiros são classificados como mensurados ao valor justo por meio do resultado. Adicionalmente, no reconhecimento inicial, a Companhia pode, irrevogavelmente, designar um ativo financeiro, que satisfaça os requisitos para ser mensurado ao custo amortizado, ao FVOCI ou mesmo ao FVTPL. Essa designação possui o objetivo de eliminar ou reduzir significativamente um possível descolamento contábil decorrente do resultado produzido pelo respectivo ativo. **• Reconhecimento e mensuração:** As compras e as vendas de ativos financeiros são reconhecidas na data da negociação. Os investimentos são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, acrescidos dos custos da transação para todos os ativos financeiros não classificados como ao valor justo reconhecido no resultado. Os ativos financeiros ao valor justo reconhecidos no resultado são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, e os custos da transação são debitados à demonstração do resultado no período em que ocorrerem. O valor justo dos investimentos com cotação pública é baseado no preço atual de compra. Se o mercado de um ativo financeiro não estiver ativo, a Companhia estabelece o valor justo por meio de técnicas de avaliação. Essas técnicas incluem o uso de operações recentes contratadas com terceiros, a referência a outros instrumentos que são substancialmente similares, a análise de fluxos de caixa descontados e os modelos de precificação de opções, privilegiando informações de mercado e minimizando o uso de informações geradas pela Administração. **• Valor recuperável (impairment) de ativos financeiros – ativos mensurados ao custo amortizado:** A Companhia avalia no final de cada período de relatório se há evidência objetiva de que um ativo financeiro ou Grupo de ativos financeiros esteja deteriorado. Os critérios utilizados pela Companhia para determinar se há evidência objetiva de uma perda por impairment incluem: (i) dificuldade financeira significativa do emissor ou tomador; (ii) uma quebra de contrato, como inadimplência ou atraso nos pagamentos de juros ou de principal; (iii) probabilidade de o devedor declarar falência ou reorganização financeira; e (iv) extinção do mercado ativo daquele ativo financeiro em virtude de problemas financeiros. **• Desreconhecimento de ativos financeiros:** Um ativo financeiro (ou, quando for o caso, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um Grupo de ativos financeiros semelhantes) é baixado principalmente quando: (i) os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expirarem; e (ii) a Companhia transferiu os seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos, sem demora significativa, a um terceiro por força de um acordo de “repasso”; e (a) a Companhia transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo; ou (b) a Companhia não transferiu e não reteve substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transferiu o controle sobre esse ativo. Quando a Companhia tiver transferido seus direitos de receber fluxos de caixa de um ativo, ou tiver executado um acordo de repasse e não tiver transferido ou retido substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, um ativo é reconhecido na extensão do envolvimento contínuo da Companhia com esse ativo. **Passivo financeiro:** **• Reconhecimento e mensuração:** Um passivo financeiro é classificado como mensurado pelo valor justo por meio do resultado caso seja definido como mantido para negociação ou designado como tal no momento do seu reconhecimento inicial. Os custos da transação são reconhecidos no resultado conforme incorridos. Esses passivos financeiros são mensurados pelo valor justo e eventuais mudanças no valor justo, incluindo ganhos com juros e dividendos, são reconhecidas no resultado do exercício. Os passivos financeiros da Companhia, que são inicialmente reconhecidos a valor justo, e incluem contas a pagar a fornecedores e outras contas a pagar, empréstimos e financiamentos e debêntures. Os empréstimos e financiamentos são acrescidos do custo da transação diretamente relacionado e amortizados ao resultado junto dos encargos financeiros e afetam a determinação da taxa de juros efetiva. **• Mensuração subsequente:** Após o reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos, debêntures, fornecedores e contas a pagar são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetiva. **• Custos de empréstimos:** Os custos de empréstimos atribuídos à aquisição, construção ou produção de um ativo que, necessariamente, demanda um período de tempo substancial para ficar pronto para seu uso ou venda pretendidos são capitalizados como parte do custo destes ativos durante o período de construção ou produção. Custos de empréstimos são juros e outros custos em que a Companhia incorre em conexão com a captação de recursos. **• Desreconhecimento de passivos financeiros:** Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação for revogada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente for substituído por outro do mesmo mutuante com termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente forem significativamente alterados, essa substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, sendo a diferença nos correspondentes valores contábeis reconhecidos na demonstração do resultado. **l) Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2025:** As novas normas IFRS somente serão aplicadas no Brasil após a emissão das respectivas normas em português pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis e aprovação pelo Conselho Federal de Contabilidade. **Alte-**

rações nas IAS 21/CP 02 (R2) 1 Efeitos das mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações contábeis: A IAS 21/CP 02 (R2), antes das Alterações, não incluía requisitos explícitos para a determinação da taxa de câmbio quando uma moeda não é conversível em outra, o que levava a divergências na prática. Uma moeda é considerada conversível quando a entidade consegue trocá-la por outra moeda por meio de mercados ou mecanismos cambiais que gerem direitos e obrigações exigíveis, sem atrasos indevidos na data de mensuração e para o fim determinado. Por outro lado, uma moeda não é tratada como conversível se, na data de mensuração e para o propósito especificado, a entidade só puder obter da outra moeda um valor meramente simbólico ou irrelevante. As alterações incluem principalmente o seguinte: **• Requisitos para avaliar quando uma moeda é conversível em outra e quando não é;** **• Requisitos para estimar a taxa de câmbio à vista quando uma moeda não é conversível em outra;** **• Requisitos adicionais de divulgação quando uma entidade estima a taxa de câmbio à vista porque uma moeda não é conversível em outra;** **• Orientações de aplicação para ajudar as entidades a avaliar se uma moeda é conversível em outra e a estimar a taxa de câmbio à vista quando uma moeda não é conversível;** **• Exemplos ilustrativos;** e **• Alterações às IFRS 1/CP 37 (R1) - Adoção Inicial das Normas Internacionais de Relatório Financeiro** para alinhar os requisitos relacionados à hiperinflação severa à IAS 21/CP 02 (R2) alterada. A Sociedade adotou as alterações à IAS 21/CP 02 (R2) pela primeira vez no exercício corrente, entretanto, após análise interna, concluímos que tais alterações não acarretam impactos para a Entidade, por três razões principais: **• A Sociedade não opera em ambientes com restrições cambiais relevantes;** **• A Sociedade não mantém operações no exterior ou estruturas societárias que dependam de conversão complexa de demonstrações contábeis;** **• Nossos fluxos financeiros e transações em moedas estrangeiras já seguem práticas compatíveis com o tratamento previsto pela norma.** Diante disso, concluímos que as revisões introduzidas no CPC 02 (R2) não alteram a contabilização, mensuração ou divulgação das operações da Entidade, não havendo impactos relevantes nas demonstrações contábeis ou em nossos procedimentos internos. **Novas normas, revisões e interpretações emitidas que ainda não entraram em vigor em 31 de dezembro de 2025:** Para as seguintes normas ou alterações a administração ainda não determinou se haverá impactos significativos nas demonstrações contábeis da Entidade, a saber: **• Alterações nas IFRS 7/CP 40 (R1) e IFRS 9/CP 48** – classificação e mensuração de instrumentos financeiros e contratos que fazem referência à eletricidade dependente da natureza - efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2026; **• Alterações nas IFRS 7/CP 40 (R1) e IFRS 9/CP 48** – podem afetar significativamente como as entidades contabilizam o desreconhecimento de passivos financeiros e como os ativos financeiros são classificados quando estes utilizam sistemas de transferência eletrônica para liquidação - efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2026; **• Melhorias anuais nas Normas Contábeis IFRS – Volume 11** - Alterações à IFRS 1 Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade, IFRS 7 Instrumentos Financeiros: Evidenciação, IFRS 9 Instrumentos Financeiros, IFRS 10 Demonstrações Consolidadas e IAS 7 Demonstrações dos Fluxos de Caixa. Essas melhorias não criam normas, mas aprimoram a coerência e aplicação prática das normas existentes - efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2026; **• IFRS 18 Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Financeiras** - a nova norma, que foi emitida pelo IASB em abril de 2024, substitui a IAS 1/CP 26 R1 e resultará em grandes alterações às Normas Contábeis IFRS, incluindo a IAS 8 Base de Preparação de Demonstrações Financeiras (renomeada de Políticas Contábeis, Mudanças nas Estimativas Contábeis e Erros). Embora a IFRS 18 não tenha qualquer efeito sobre o reconhecimento e a mensuração de itens nas demonstrações financeiras consolidadas, espera-se que tenha um efeito significativo na apresentação e divulgação de determinados itens. Essas mudanças incluem categorização e subtotais na demonstração do resultado, agregação/desagregação e rotulagem de informações e divulgação de medidas de desempenho definidas pela administração. Uma nota correlata ainda não foi emitida no Brasil - efetiva para períodos iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027; **• Alterações nas IFRS 19 Subsidiárias sem Responsabilidade Pública:** Divulgações - permite que as subsidiárias elegíveis apliquem as Normas Contábeis em IFRS com os requisitos de divulgação reduzidos da IFRS 19 - efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2027. **h) Impactos da Reforma Tributária:** **• Reforma tributária do consumo (LC 214/2025):** A Emenda Constitucional nº 132/2023, promulgada em 20 de dezembro de 2023, promoveu a reforma do sistema de tributação sobre o consumo no Brasil, conhecida como “Reforma Tributária”. O novo sistema composto por dois tributos (IBS e CBS) sucederá cinco tributos atuais (PIS, COFINS, ICMS, ISS e IPI). Em 16 de janeiro de 2025, foi sancionada a Lei Complementar (LC) nº 214/2025, que regulamentou e operacionalizou os novos tributos sobre o consumo, notadamente o Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), a Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS) e o Imposto Substituto (IS), detalhando fatos geradores, bases de cálculo, regimes e governança (inclusive o Comitê Gestor do IBS). Principais Substitutos e Mudanças: **• CBS (Contribuição sobre Bens e Serviços):** Contribuição de âmbito Federal que substituirá o PIS e COFINS. Vigência a partir de 2027, com período de teste durante 2026, ocasião em que será destacado percentual nos documentos fiscais; **• IBS (Imposto sobre Bens e Serviços):** Imposto de âmbito estadual e municipal que substituirá o ICMS e ISS. Vigência gradual a partir de 2027 com implementação plena a partir de 2033; **• Imposto Substituto (IS):** Novo tributo que tem como foco desestimular o consumo de itens prejudiciais à saúde e ao meio ambiente (cigarros, bebidas alcólicas, carros poluentes). A vigência do IS será a partir de 2027; **• Manutenção Restrita do IPI:** O IPI inicialmente não será totalmente extinto, continuando a incidir de forma restrita sobre produtos industrializados na Zona Franca de Manaus. A partir de 2033, esse imposto será extinto. **• Reforma de incentivos e benefícios fiscais (LC 224/2025):** A Lei Complementar nº 224/2025, de 26 de dezembro de 2025, dispõe sobre a redução e critérios de concessão de incentivos e benefícios de natureza tributária, financeira ou creditícia, concedidos exclusivamente pela União Federal e aplicáveis ao IRPJ, CSSL, PIS, COFINS, IPI, II e Contribuição Previdenciária Patronal. De modo sucinto, temos: **• Critérios mais restritivos para concessão, ampliação e prorrogação de benefícios e incentivos;** **• Redução linear de 10% dos benefícios fiscais;** **• Alteração nas tributações de Fintechs, Juros sobre Capital Próprio e Bets;** **• Estabelece regras de responsabilidade solidária no recolhimento de tributos sobre apostas de quota fixa (bets).** **Avaliação de impacto** A Entidade avaliou os possíveis impactos da LC 214/2025 e LC 224/2025 para a data-base de 31 de dezembro de 2025 e não identificou impactos nas suas principais premissas conforme divulgado nas notas explicativas nº5 sobre PECLD de contas a receber, nº 7 tributos a recuperar e nº 11 vida útil do ativo imobilizado. A Entidade atendeu aos testes em ambiente de homologação e produção para destaque do IBS e CBS nos documentos fiscais a serem emitidos a partir de 2026. A Entidade mantém controle dos termos de benefícios fiscais e têm ciência de que deverão ser informados em ambiente e-Cac para comprovação de sua onerosidade e, futuramente, elegíveis para recebimento de recursos do Fundo de Compensação. A Entidade reconhece a obrigatoriedade de entregar a DERE, novo documento fiscal instituído para viabilizar a apuração do IBS e da CBS, considerando as particularidades de setores cuja aferição não segue exclusivamente a sistemática padrão de débito e crédito. Essa declaração atende situações em que a base de cálculo do tributo não corresponde ao preço da operação, mas depende de apurações complexas envolvendo margens e controles específicos de deduções. A Entidade não tem IR Diferido ativo de prejuízo fiscal e diferenças temporárias, não tem ágio de combinação de negócios e nem outros intangíveis com vida útil indeterminada cujas premissas teriam impacto das alterações trazidas pela

	2025	2024
Bancos	1	1
Aplicações Financeiras (1)	1.678	5.739
	1.679	5.740

(1) O saldo de aplicações financeiras está representado substancialmente por certificados de depósitos bancários, que rendem em média 101 a 102% do CDI (Certificado de Depósito Interbancário). Os certificados de depósitos bancários embora tenham vencimentos de longo prazo, podem ser resgatados a qualquer tempo sem prejuízo da remuneração. Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários e aplicação financeira de curto prazo, de alta liquidez, que é prontamente convertível em um montante conhecido de caixa e que está sujeita a um insignificante risco de mudança de valor.

5. Clientes:

	2025	2024
Contas a receber	2.914	-
	2.914	-

5.1. A abertura por vencimento do saldo a receber encontra-se demonstrado a seguir:

	2025	2024
Vencidos	309	-
A vencer 30 dias	2.605	-
	2.914	-

6. Estoques: O estoque da Sociedade é constituído exclusivamente por combustíveis. A apuração do custo é realizada pelo critério de custo médio ponderado.

	2025	2024
Gasolina A	298	475
Biodiesel B100	664	19
Óleo Diesel A S10	2.298	1.003
Óleo Diesel A S500	278	1.001
Etanol Anidro	326	-
Total	3.864	2.498

7. Tributos a recuperar

	2025	2024
IR a recuperar	99	270
PIS	16	14
COFINS	63	57
Saldo Negativo IR	295	110
Total tributos a recuperar – circulante	473	451
	2025	2024
IR saldo negativo (a)	-	282
Total tributos a recuperar – não circulante	-	282

(a) O valor é proveniente de lucro negativo apurado em 2014 restituído em 2025.

8. Outros créditos:

	2025	2024
Adiantamento a Fornecedor	2.993	844
Despesas a apropriar	5	6
	2.998	850

9. Despesas antecipadas:

	2025	2024
Prêmios de Seguros a apropriar	6	-
	6	-

10. Partes relacionadas:

Contas Correntes ativos	Prazo	2025	2024
Eudmarco Rede de Postos Ltda. (i)	Indeterminado	1.557	1.407
		1.557	1.407
Contas Correntes passivos	Prazo	2025	2024
Toronto(i)	Indeterminado	7.550	5.050
Carlos Cesar Floriano	Indeterminado	200	200
		7.750	5.250

(i) As operações comuns de saldos entre partes relacionadas, em contas correntes de empresas coligadas e entre controladoras, sem vencimento predeterminado, não há incidência de encargos financeiros e cobrança de juros.

11. Imobilizado:

	Vida útil (em anos)	Taxa %	2025	2024
Fração imóvel – Ribeirão Preto	-	-	3.264	3.264
Máquinas, aparelhos e equipamentos	10	10	968	968
Equip. eletrônicos proc. de dados	5	20	185	172
Móveis e utensílios	10	10	34	34
Instalações	10	10	4	4
Ferramentas	10	10	2	2
Total			4.457	4.444
Depreciação acumulada			(1.001)	(979)
Ativo imobilizado líquido			3.456	3.465

Atualizamos o valor contábil dos bens do ativo imobilizado e concluímos que eles não estão apresentados acima de seu valor recuperável por uso ou venda.

11.1. Movimentação do custo do ativo imobilizado:

Custo – 2025	2024	Adições	Baixas	Transferência	2025
Fração imóvel – Ribeirão Preto	3.264	-	-	-	3.264
Máq. aparelhos e equipamentos	968	-	-	-	968
Equip. eletrônicos proc. de dados	171	14	-	-	185
Móveis e utensílios	34	-	-	-	34
Instalações	4	-	-	-	4
Ferramentas	2	-	-	-	2
Total	4.443	14	-	-	4.457

	2023	Adições	Baixas	Transferência	2024
Fração imóvel – Ribeirão Preto	3.264	-	-	-	3.264
Máq. aparelhos e equipamentos	968	-	-	-	968
Equip. eletrônicos proc. de dados	175	-	(4)	-	171
Móveis e utensílios	29	5	-	-	34
Instalações	4	-	-	-	4
Ferramentas	2	-	-	-	2
Total	4.442	5	(4)	-	4.443

11.2. Movimentação da depreciação do ativo imobilizado:

Depreciação 2025	2024	Adições	Baixas	Transferência	2025
Máquinas, aparelhos e equipamentos	(789)	16	-	-	(805)
Equip. eletrônicos proc. de dados	(163)	4	-	-	(167)
Móveis e utensílios	(25)	1	-	-	(26)
Ferramentas	(3)	-	-	-	(3)
Total	(980)	21	-	-	(1.001)

Depreciação 2024	2023	Adições	Baixas	Transferência	2024
Máquinas, aparelhos e equipamentos	(773)	16	-	-	(789)
Equip. eletrônicos proc. de dados	(164)	3	(4)	-	(165)
Móveis e utensílios	(24)	1	-	-	(23)
Ferramentas	(3)	-	-	-	(3)
Total	(964)	20	(4)	-	(980)

12. Intangível:

	Vida útil (em anos)	Taxa %	2025	2024
Projetos de TI/ em andamento	5	20	365	365
Amortização Acumulada	-	-	(213)	(141)
Ativo intangível líquido			152	224

Relacionado a implantação de sistema para a operação de comercialização de combustíveis.

13. Fornecedores:

	2025	2024
Fornecedores	577	42
	577	42

Fornecedores nacionais representados substancialmente por valores a vencer em até 30 dias.

14. Obrigações tributárias e trabalhistas:

	2025	2024
Provisão para férias e encargos	21	21
INSS a recolher	5	4
FGTS a recolher	1	2
Obrigações trabalhistas	27	27
Contribuições retidas a recolher	3	3
ICMS a recolher	3	3
Obrigações tributárias	3	3

15. Outras contas a pagar:

	2025	2024
Outras contas a pagar	2	1
Seguros a pagar	2	1
	363	363

16. Adiantamento de clientes:

	2025	2024
Adiantamento de clientes	363	-
	363	-

17. Patrimônio líquido:
17.1. Capital social: O capital social subscrito é de R\$ 26.599 e está representado por 20.598.800 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal. No exercício de 2025, houve aumento de capital no montante de R\$ 6.000, mediante capitalização de valores anteriormente registrados como **Adiantamento para Futuro Aumento de Capital (AFAC)** no exercício de 2024, devidamente aprovado pelos sócios.

A composição do capital social é como segue:

	2025	%	2024	%
Carlos Cesar Floriano	26.599	100	20.599	100
Total	26.599	100	20.599	100

17.2. Dividendos e reservas: A destinação do lucro do exercício será como segue: a) 5% (cinco por cento) serão aplicados na constituição da reserva legal nos termos e até os limites estabelecidos no artigo 193, da Lei Federal nº 6.404 de 1976; b) 1% (um por cento) serão para pagamento de dividendos obrigatórios; c) O lucro remanescente será destinado conforme deliberação da Assembleia Geral. No ano de 2025 e 2024, não foi constituído qualquer reserva e não houve o pagamento de dividendos devido à existência de prejuízos acumulados.

18. Receita:

	2025	2024
Venda de combustíveis e lubrificantes	37.103	25.544
Total receita operacional bruta	37.103	25.544
ICMS – ST (a)	-	-
Total impostos sobre a receita	-	-
Total da receita operacional líquida	37.103	25.544

(a) Apuração monofásica com recolhimento pela refinaria.

19. Custos da mercadoria vendida:

	2025	2024
Custo da mercadoria	(37.669)	(25.840)
Total	(37.669)	(25.840)

20. Despesas administrativas, comerciais e gerais:

	2025	2024
Serviços consultoria e assessoria	(445)	(458)
Pessoal, respectivos encargos	(25)	(25)
Gastos gerais (a)	(405)	(233)
Depreciações e amortizações	(77)	(76)
Despesas tributárias	(133)	(105)
Despesas Seguros	(3)	(6)
Outras	(131)	(111)
Total	1.219	(1.014)

(a) Em 2025 houve um aumento na com gastos gerais com condomínios e gastos com a base compartilhada.

	2025	2024
Receitas financeiras		
Rendimentos de aplicação financeira	442	76
Juros ativos	129	17
Descontos obtidos	1	4
	572	93
Despesas financeiras		
Comissões e despesas bancárias	(3)	(5)
Outras	(1)	(1)
	(4)	(6)
Resultado financeiro	568	87

(a) Rendimentos de aplicações financeiras oriundos de valor alto aplicado em 2024 e resgatados para fluxo em 2025:

22. Outras receitas/(despesas) operacionais:

	2025	2024
Ganhos/(perdas) com imobilizado	-	4
	-	4

23. Gerenciamento de riscos e instrumentos financeiros:
Gerenciamento de riscos: A Companhia participa de operações envolvendo instrumentos financeiros, todos registrados em contas patrimoniais que se destinam a atender às suas necessidades operacionais, bem como a reduzir a exposição a riscos financeiros, principalmente de crédito e aplicações de recursos, riscos de mercado (câmbio e juros) e risco de liquidez, ao qual a Companhia entende que está exposta, de acordo com sua natureza dos negócios e estrutura operacional. A Administração desses riscos é efetuada por meio de definição de estratégias elaboradas e aprovadas pela Administração da Companhia, atreladas ao estabelecimento de sistemas de controle e determinação de limite de posições. Não são realizadas operações envolvendo instrumentos financeiros com finalidade especulativa. Adicionalmente, a Companhia procede com a avaliação tempestiva da posição consolidada acompanhando os resultados financeiros obtidos, avaliando as projeções futuras, como forma de garantir o cumprimento do plano de negócios definido e monitoramento dos riscos aos quais está exposta. As descrições dos riscos da Companhia são descritas a seguir: **Riscos de mercado:** O risco de mercado é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa de um instrumento financeiro flutue devido a variações nos preços de mercado. Os preços de mercado são afetados por dois tipos de risco: risco de taxa de juros e risco de variação cambial. **Instrumentos financeiros afetados pelo risco de mercado** incluem aplicações financeiras, contas a receber de clientes e contas a pagar. **Risco de crédito:** O risco de crédito é o risco de a contraparte de um negócio não cumprir uma obrigação prevista em um instrumento financeiro ou contrato com o cliente ou que levaria ao prejuízo financeiro. A Companhia está exposta ao risco de crédito em suas atividades operacionais (principalmente com relação a contas a receber). Os riscos de crédito nas atividades operacionais da Companhia são administrados por normas específicas de aceitação de clientes, análise de crédito e estabelecimento de limites de exposição por cliente, os quais são revisados periodicamente. O monitoramento das duplicatas vencidas é realizado prontamente para garantir seu recebimento. **Risco de liquidez:** O risco de liquidez consiste na eventuality de que a Companhia não dispor de recursos suficientes para cumprir com seus compromissos em virtude dos prazos de liquidação de seus direitos e obrigações. O controle da liquidez e do fluxo da Companhia é monitorado diariamente, a fim de garantir que a geração operacional de caixa e a captação prévia de recursos, quando necessária, sejam suficientes para a manutenção do seu cronograma de compromissos, não gerando riscos de liquidez para a Companhia. A estrutura de capital da Companhia é formada pelo endividamento líquido e pelo saldo do patrimônio líquido, incluindo o saldo de capital e todas as reservas constituídas. O índice de endividamento líquido da Companhia é composto da seguinte forma:

	2025	2024
Ativo Circulante + Não Circulante	17.285	15.103
Passivo Circulante + não circulante	(8.722)	(5.322)
Endividamento Líquido	8.563	9.781

24. Imposto de Renda e Contribuição Social:
Adoção pelo lucro real anual: Para os exercícios de 2025 e de 2024 o regime de tributação da Companhia foi o lucro real anual aplicando-se as alíquotas regulares do respectivo imposto e contribuição observando os critérios estabelecidos pela legislação fiscal vigente, calculados pelas alíquotas regulares de 15%, acrescida de adicional de 10% para o Imposto de Renda e de 9% para a Contribuição Social, com base em balanço ou balancete de suspensão ou redução e o regime tributário foi determinado pelo regime de competência do exercício.

	2025	2024
Resultado antes de IRPJ e CSLL	(1.218)	(1.218)
(+) Adições	11	17
(-) Excluídos	-	-
Base de cálculo da CSLL	(1.207)	(1.201)
(=) Contribuição social 9%	(1.218)	(1.218)
Resultado antes do IRPJ e CSLL	(1.218)	(1.218)
(+) Adições	11	17
(-) Excluídos	-	-
Base de cálculo do IRPJ	(1.207)	(1.201)
(=) Imposto de Renda corrente	-	-

25. Seguros (não auditado):
A Companhia mantém seguros com coberturas contratadas, consideradas suficientes pela Administração para cobrir eventuais riscos sobre seus ativos e/ou responsabilidades:

Tipo de risco	Objeto	Montante de cobertura (MIL)
Compreensivo empresarial	Bens dos segurados e de terceiros em poder dos segurados	102.000 (1)

(1) A Sociedade participa em 3,68% da base compartilhada objeto do seguro. Consideramos que temos um programa de gerenciamento de riscos com objetivo de delimitar os riscos, buscando no mercado coberturas compatíveis com o nosso porte e operações, sendo a nossa cobertura de seguros consistentes com as outras empresas de dimensão semelhante operando no setor. As premissas de riscos adotadas e suas respectivas coberturas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de auditoria das demonstrações contábeis, consequentemente, não foram examinadas pelos nossos auditores

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Acionistas e Administradores da **Argemil Distribuidora de Combustíveis e Armazéns Gerais S.A.**, Santos - SP. **Opinião sobre as demonstrações contábeis:** Examinamos as demonstrações contábeis da **Argemil Distribuidora de Combustíveis e Armazéns Gerais S.A.** ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **Argemil Distribuidora de Combustíveis e Armazéns Gerais S.A.** em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião sobre as demonstrações contábeis:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Ênfase Transações com partes relacionadas:** Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 10 às demonstrações contábeis, a Companhia possui transações com partes relacionadas e é conduzida no contexto de um grupo de empresas. Consequentemente, a análise das demonstrações contábeis deve considerar esse fato. Nossa opinião não está ressalvada em virtude desse assunto. **Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis:** A Administração é responsável pela elaboração e adequação apresentada das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir

a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. BDO RCS Auditores Independentes SS Ltda., uma empresa brasileira da sociedade simples, é membro da BDO Internacional Limited, uma companhia limitada por garantia do Reino Unido, e faz parte da rede internacional BDO de firmas-membro independentes. BDO é nome comercial para a rede BDO e cada uma das firmas da BDO. Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante

de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais; • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da